

MORTE E RESSUREIÇÃO DO BRASIL: OS HOLANDESES E A GUERRA GLOBAL CONTRA O IMPÉRIO MARÍTIMO PORTUGUÊS (1602-1661)

Guarda-Marinha Arthur Lima Verde dos Santos Pereira

INTRODUÇÃO

Guerra global é um termo frequentemente relacionado às Guerras Mundiais do século passado. É por esse motivo que se faz necessário definir guerra global: trata-se de uma luta armada entre nações ou grupos em âmbito do globo terrestre.¹ Como tem demonstrado a historiografia recente, as invasões holandesas a Pernambuco são apenas parte de um conflito global que se vincula às revoltas desencadeadas nas Províncias Unidas ou, simplesmente, “Holanda”, contra a Monarquia Católica de Felipe II.

Anos depois, nessa nova República, houve a criação de duas companhias de comércio que iriam afetar diretamente os negócios portugueses. Sob aspecto mercantil, pode-se alcançar o caráter global do conflito entre esses povos. Discutir-se-á, neste artigo, os elementos que estão relacionados a esse conflito, a fim de se compreender as invasões holandesas no Brasil.

Para tanto, inicialmente, é interessante rever, ainda que brevemente, os aspectos atinentes ao processo de independência holandês. Em seguida, analisar-se-á o papel da cidade de Olinda no contexto do do Estado do Brasil do século XVI. Outro ponto importante para esse artigo é compreender a situação geral do império durante as invasões e as reações portuguesas às ameaças flamengas.

Por último, analisar-se-á a Restauração portuguesa e suas consequências para o Brasil. Nesse momento final, discute-se também o Tratado de Haia, que marca o término das invasões holandesas. Perpassados esses tópicos, ter-se-á uma visão alargada sobre esse contexto, que, na visão de seus contemporâneos,

pode ser representado como a morte e a ressurreição do Brasil.

A INDEPENDÊNCIA HOLANDESA

Em 1567, as províncias do Norte dos Países Baixos que haviam aderido ao Calvinismo se rebelaram contra a Monarquia Hispânica, lideradas pela cidade de Amsterdã; declararam-se logo independentes. Mas a disputa pela libertação do jugo espanhol foi longa. O reconhecimento da Holanda somente seria formalizado pela Espanha com a Paz de Vestfália, em 1648, ao final da Guerra dos Trinta Anos. Com a extensão de suas atividades comerciais para o transporte marítimo, logo os navios mercantes holandeses passaram a dominar as rotas comerciais entre os litorais Norte e Sul da Europa, do Báltico ao Mediterrâneo, roubando espaços antes ocupados pelos hanseáticos, ibéricos e venezianos, adquirindo a supremacia naqueles mares europeus².

O expansionismo holandês sobre os mares teve o respaldo teórico do compatriota Hugo Grotius, desde 1609, quando esse jurista escreveu sua tese do *Mare liberum*, segundo a qual o mar deveria ser um bem compartilhado por todos e não monopolizado por qualquer nação. Esse expansionismo, que se iniciou com a invasão do monopólio ibérico, levaria a Holanda a algumas guerras contra Espanha e Portugal. Dentre essas guerras, que envolveram interesses marítimos, comerciais, questões religiosas e poderes políticos de soberanos europeus, podemos destacar a dos Oitenta Anos (1568 –1648), ou da Independência da Holanda que inclui uma fase Hispano-Holandesa (1621 –

¹ HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2001.

² CESAR, William Carmo. Velas e canhões no expansionismo holandês do século XVII. *Navigato*, v. 10, 2009, p. 23 e 24.

1648) e outra, a Anglo-Holandesa (1652 – 1674)³.

Obviamente, com a criação das duas Companhias das Índias, a Oriental, em 1602, e a Ocidental, em 1621, e ainda com o esforço conjunto entre ambas e os governantes das Províncias Unidas, bem como o financiamento de alguns segmentos comerciais particulares, os holandeses puderam prover os recursos financeiros necessários a tais empreendimentos.

No Oriente, o vultuoso comércio de especiarias como pimenta, a mais lucrativa, noz-moscada e têxteis, dentre eles a seda, alimentou o interesse da Companhia das Índias Orientais (WIC) pelo domínio da rota marítima que levava as especiarias da Ásia até a Europa.⁴ Rapidamente, os neerlandeses observaram que a saída de Lisboa do mercado internacional traria maiores lucros, seja pelo fim da concorrência com os portugueses, pelo aumento natural dos preços, seja por uma expressiva valorização das ações das Companhias de Comercio na bolsa de valores flamenga⁵.

Lenk explica que “em 1627, a flotilha de Piet Heyn navegou incontestemente, desbaratando as rotas do açúcar e a navegação portuguesa com a África e o Rio da Prata”⁶. Logo, desde as primeiras décadas do século XVII, a capitania de Pernambuco recebia visitas de navios hamburgueses e flamengos. Além de descarregarem escravos africanos, carregavam-se com madeira e ainda contrabandeavam ouro e prata de Potosí. Sendo esta, mais um dos elementos que conferem a característica da globalidade ao conflito⁷.

A circulação de mercadorias pelo Atlântico Sul foi corretamente analisada pelos flamengos. Eles observaram que a principal origem das riquezas da Coroa lusa, o açúcar, vinha de Olinda e, logo, conquistaram

a região⁸. Além disso, baseados em suas experiências mercantis, foram à base da cadeia de produção de açúcar: o escravo de origem africana, que também representava um lucrativo comércio. O objetivo batavo se tornou dominar as principais cidades que sustentavam o comércio português, tanto no Oriente quanto no Ocidente⁹.

No Atlântico Sul, a conquista de Luanda, em Angola, e de Olinda, foi a indicação de que, por meio da superioridade naval, a WIC estaria construindo o império ultramarino holandês¹⁰. Já no Oriente, Ormuz e Málaca eram a chave para o controle do lucrativo comércio oriental¹¹.

Não é de se esperar um resultado diferente da conquista de Angola em 1641 pela Holanda, até porque os batavos utilizaram a mesma estratégia que triunfou no Oriente para o teatro de operações do Atlântico Sul. A coroa portuguesa, que dependia de sua economia ultramarina, ficou, a partir de então, sem suas mais importantes fontes de arrecadação, as quais correspondiam a cerca de metade de suas receitas¹².

PERNAMBUCO E O ATLÂNTICO SUL

Olinda era importantíssima no âmbito mercantil, militar, tático e estratégico, tanto para os invasores quanto para os portugueses. Para a cidade confluíam as rotas comerciais que ligavam as minas de Potosí, que traziam os escravos de Angola e que levavam a farinha de mandioca e aguardente para a África, além das que levavam o Ouro Branco da época, o açúcar. O primeiro *gouverneur* do Brasil holandês foi o coronel Diedrich Wanderburch que, mesmo passando por grandes dificuldades, nunca perdeu a esperança de um desfecho glorioso. Ele afirmava que Olinda era tão importante estrategicamente que possibilita-

³ *Ibidem*, p. 24

⁴ NIGRO, Antônio Alberto Marinho. Olinda. *Revista do Clube Naval*, Rio de Janeiro, Ano 127, Nº 392, 2019, p.45.

⁵ TEENSMA, Benjamin Nicolaas. O bloqueio da Barra de Goa por Jacob Cooper, de 9 de novembro de 1636 até 2 de maio de 1637. *Navigator*, v. 18, 2013, p.68.

⁶ LENK, Wolfgang. Problemas do Poder Naval português na guerra contra os holandeses. *Navigator*, v. 11, 2010, p.86.

⁷ NASCIMENTO, Rômulo L. X. Mare clausum e mare liberum: episódios luso-neerlandeses no Atlântico Sul. *Atlântico: a história de um oceano*. Organização de Francisco Eduardo Alves de Almeida [et al.] – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 138.

⁸ *Ibidem*, p. 136.

⁹ GODINHO, V. Magalhães. Finanças públicas e estrutura de Estado. In: GODINHO, V. Magalhães. *Ensaio* II. Lisboa: Sá da Costa, 1978. p. 65-72.

¹⁰ NIGRO, Antônio Alberto Marinho. Olinda. *Revista do Clube Naval*, Rio de Janeiro, Ano 127, Nº 392, OUT-NOV-DEZ, 2019, p.46.

¹¹ NASCIMENTO, op. cit, p. 120.

¹² *Ibidem*, p. 136.

ria que todas conquistas portuguesas poderiam ser dominadas a partir dessa plataforma¹³.

A partir de Olinda, a capacidade de emprego do Poder Naval holandês foi incrementada. Devido às correntes marítimas e regimes de ventos existentes no litoral brasileiro, foi possível, efetuar o controle da área marítima e impedir relações mercantis portuguesas e, também, negar o uso do mar pelo inimigo. Esse prestígio de Olinda foi engenhosamente refletido para Recife, cidade mais fácil de se proteger, na visão dos flamengos. Recife se tornou uma espécie de quartel-geral da WIC, referência em todo o Hemisfério Sul.

A importância da região de Olinda foi bem aproveitada pelos batavos. Com as melhorias de Recife, que antes já dispunha de uma característica mercantil, a WIC montou um ponto de apoio com influência em todo Atlântico Sul¹⁴. Conflui com isso o posicionamento de Loureiro acerca do assunto:

O plano holandês, assim, não se restringia ao Nordeste. Perceberam como a tomada de Angola, área fornecedora de mão-de obra escrava, era crucial para a manutenção de Pernambuco. Pretendiam, contudo, ir muito além: dominar os circuitos integrados que se atualizavam nos portos de Recife – Salvador – Rio de Janeiro – Buenos Aires – Angola. E, nesse contexto, difícil era a situação portuguesa. [...] Evidenciou-se como a operação militar naval representou iniciativa basililar para o desfecho da guerra e das negociações diplomáticas subsequentes. Angola era área extremamente estratégica no Atlântico Sul porque, sem a oferta de negros africanos, a conquista do Nordeste pelos holandeses, voltada para a empresa açucareira estruturada na escravidão, destituir-se-ia de rentabilidade. Similarmente, sem Angola, não teriam o mais lucrativo item de troca no comércio que viabilizava a captura da prata potosina no porto de Buenos Aires¹⁵.

¹³ NASCIMENTO, *op. cit.*, p. 140.

¹⁴ *Ibidem*, p. 139.

¹⁵ LOUREIRO, Marcello. Reconnectando o Império. Navigator v. 7, 2008, p. 35-47.

No dia 1º de abril de 1631, a embarcação holandesa *Zuickerbrode* (pão de açúcar) suspendeu de Recife tendo o Caribe pela proa. A serviço da Companhia das Índias Ocidentais (WIC) holandesa, muitas embarcações transportaram açúcar, escravos, farinha de mandioca, burocratas, militares, cachaça, entre outros produtos.

Mesmo com o domínio sobre o lucrativo comércio de escravos, açúcar, especiarias e prata proveniente do Potosí, os holandeses ainda buscavam encontrar ouro e prata em terras brasileiras. Os batavos enviaram expedições ao interior para procurar riquezas minerais, como a que foi comandada pelo capitão Browser, em 1643, que evidenciou tal plano¹⁶.

REAÇÕES IBÉRICAS

A coroa portuguesa soube, em 25 de julho de 1624, que a Baía de Todos os Santos havia sido invadida pelos flamengos e rapidamente comunicou ao rei Filipe IV. É salutar a ação das coroas ibéricas que enviaram 56 embarcações para a retomada da conquista, evento que ficou conhecido como “Jornada dos Vassalos”.

O problema é que, como explica Lenk: “tal demonstração de força e eficiência do Poder Naval ibérico, contudo, seria uma exceção. Nos anos seguintes, faltariam recursos a Madri para que fosse combatida a presença flamenga na costa sul-americana”. Ele ainda detalha mais a questão:

Após a ocupação de Olinda e Recife, em 1630, as coroas ibéricas ver-se-iam no dilema de enviar, em caravelas isoladas, socorros de material e gente de guerra para a defesa do Brasil, ou reunir tais recursos em uma Armada forte o suficiente para desalojar os holandeses de Pernambuco. Para piorar a penúria financeira, a rivalidade política entre partidários do Conde-Duque de Olivares e ministros da coroa de Portugal atrapalhava o apresto das embarcações, de modo que uma força numerosa e preparada como a “Jornada dos Vassalos” esteve além das possibilidades¹⁷.

Mesmo diante dessa situação embaraçante, foram en-

¹⁶ NASCIMENTO, *op. cit.*, p. 137.

¹⁷ LENK, *op. cit.*, p. 86.

viadas duas flotilhas para o apoio ao Brasil. A primeira, sob comando de Mathias de Albuquerque, foi enviada logo em 1630 enquanto a segunda estava sendo apresada. Dom Antônio de Oquendo foi escolhido para liderar a Armada “respeitável” de 27 embarcações. Essa força naval foi designada para rumar diretamente para a Bahia, mas acabou demorando demasiadamente e a WIC conseguiu organizar-se para fazer frente à ameaça¹⁸.

Em Abrolhos, ao largo de litoral da Bahia, em setembro de 1631, 16 navios holandeses comandados por Adrian Pater, a bordo do Prins Wilhelm de 500 toneladas e 46 canhões, enfrentaram 17 galeões e dois patachos luso-espanhóis de Dom Antônio Oquendo, capitaneada pelo Galeão Santiago de 900 toneladas e 44 canhões, cuja Esquadra havia suspendido de Salvador a 3 de setembro comboiando embarcações mercantes carregadas de açúcar e outros produtos, além de 12 caravelas com tropas para desembarque em Pernambuco e na Paraíba.

Quando as forças se avistaram, na manhã do dia 12, os holandeses, com seus navios formados em meia-lua decidiram pela abordagem, investindo em duplas sobre cada galeão inimigo de maior porte, enquanto Oquendo ordenou formação em linha de batalha com os mercantes e as caravelas em posição protegida fora do combate. Ao final da batalha, que incluiu abordagens e duelos de artilharia, ambas as forças perderam dois galeões cada e tiveram vários outros avariados. Entre as perdas holandesas se inclui a capitânia e a morte de seu Comandante, Adrian Pater.

A vitória estratégica coube aos ibéricos, pois as caravelas rumaram para áreas seguras, desembarcaram as tropas em Santo Agostinho e na Paraíba, e ainda seguiram, posteriormente, para Portugal, carregadas de açúcar. Mas os holandeses, mesmo derrotados, não perderam o domínio do mar, garantindo-o com o patrulhamento do litoral desde a Bahia até o Rio Grande do Norte, após o regresso da Esquadra luso-espanhola à Europa¹⁹.

Devido às restrições financeiras, apenas em 1635 outra força naval vultuosa pôde ser enviada. Consistia em uma armada com 30 velas e 2.500 homens de três nacionalidades, sob o comando de Dom

Lope de Hoces e Dom Rodrigo Lobo. Devido à letargia do governo ibérico, o forte que defendia o porto no Cabo de Santo Agostinho foi tomado pelos flamengos, dificultando-se ainda mais a retomada de Pernambuco²⁰.

Após uma malsucedida tentativa de invasão a Salvador, o rei Filipe IV preparou uma última e mais poderosa armada com todos os recursos disponíveis. Essa expedição foi comandada por Dom Fernando Mascarenhas, o Conde da Torre. Durante uma escala em Cabo Verde, um surto de cólera na tripulação reduziu o poder da força naval que contava com 41 belonaves. Sendo assim, em 10 de janeiro de 1639, a esquadra não conseguiu desembarcar tropas em Pernambuco e foi obrigada a rumar para a Bahia a fim de ser reforçada e reabastecida. Um ano depois, em 1640, a frota da companhia holandesa conseguiu defender o litoral e categorizar o esforço ibérico como fracassado²¹.

A SITUAÇÃO BRASILEIRA DURANTE AS INVASÕES HOLANDESAS

A subordinação lusa à coroa de Castela custou caro aos luso-brasileiros que defendiam o Brasil. Depois da invasão holandesa à Salvador em 1624, o rei Filipe IV ficou de sobreaviso, preocupado com a grande possibilidade de um ataque ao país ibérico. O capitão-mor de Pernambuco, Matias de Albuquerque, solicitou à corte um reforço militar e de gêneros alimentícios; tal situação foi discutida no Conselho da Fazenda do rei. Entretanto, do outro lado do atlântico, as forças batavas já logravam vitórias nas conquistas portuguesas. Em 1638, outro pedido foi feito ao rei. Dessa vez, o Capitão-mor Manuel Madeira pediu reforços para combater os invasores batavos²².

Tal situação precária se agravou ao ponto de ser exaltada no Sermão da Visitação de Nossa Senhora, do Padre Antônio Vieira, durante a recepção ao Marquês de Montalvão, nomeado Vice-Rei do Brasil. O Padre explica que o Brasil estava morto, devido ao

¹⁸ *Ibidem*, p. 87.

¹⁹ CESAR, *op. cit.*, p.29.

²⁰ LENK, *op. cit.*, p. 88.

²¹ *Ibidem*, p.89.

²² NASCIMENTO, *op. cit.*, p. 125-135.

descaso da corte. Pode-se constatar a visão crítica de Vieira ao apontar a origem de todos os problemas:

Esta é a causa original das doenças do Brasil: tomar o alheio, cobiças, interesses, ganhos e conveniências particulares, por onde a justiça não se guarda, é o Estado que se perde. Perde-se o Brasil. Senhor, digamo-lo em uma só palavra: porque alguns ministros de Sua Majestade não vêm cá buscar o nosso bem, vêm cá buscar nossos bens²³.

Ainda no mesmo sermão, Vieira defende a justa distribuição de riquezas, evitando assim que tudo fosse enviado a Madri. Além disso, destaca uma grande preocupação quanto a um estado limítrofe e potencialmente perigoso, que poderia levar à total insubordinação da população local:

E o mal mais para sentir de todos é que a água que por lá chovem a Lisboa, vai desperdiçar a Madrid [...]. E o mal mais para sentir de todos é que a água que por lá chovem e desperdiçam as nuvens não é mais tirada da abundância do mar, como noutra tempo, senão das lágrimas do miserável e dos suores do pobre, que não sei como atura já tanto a constância e fidelidade destes vassalos [...]. Tudo o que der a Bahia, para a Bahia há de ser; tudo o que se tirar do Brasil, com o Brasil há de se gastar²⁴.

O Padre Antônio Vieira, em seu Sermão da Visitação, expõe que o Brasil carece de justiça punitiva, a que castiga malfeitores, e ainda afirma ser esse fator forte contribuinte para a ruína das conquistas portuguesas. O historiador José Antônio Gonsalves de Mello chamou atenção para o fato de que grande parte do açúcar pernambucano ia para Flandres, quando na verdade deveria ir para Portugal. Além disso, havia forte presença de corsários e de piratas na costa africana. É possível especular como essa situação pode ter

se agravado durante as invasões holandesas, em um momento em que havia certa incapacidade da coroa em função das frentes de guerra que disputava.

A RESTAURAÇÃO

Após as derrotas do Conde da Torre e de Antônio de Oquendo no Canal da Mancha, na Batalha de Downs, e depois de uma tempestade provocar o naufrágio de um galeão carregado de prata, Portugal e Espanha entraram em uma grande crise financeira e militar. É nesse período que eclodem as revoltas de Catalunha e de Portugal, reduzindo ainda mais a capacidade de combater os flamengos no Brasil²⁵. Em 1640, na cidade de Lisboa, ocorre o golpe da Restauração que coroou um novo rei, Dom João IV, em Portugal.

É durante esse período que o Brasil começa a receber atenção, depois de concluírem que as conquistas nas Índias estavam praticamente perdidas. Complementarmente, um novo tribunal é criado para discutir as questões ultramarinas, e seria através dele que se esperava que a justiça chegasse: o Conselho Ultramarino²⁶.

O rei Dom João IV subiu ao trono, porém passava por uma situação muito frágil. Tendo reconhecido a negligência com que as conquistas lusas foram tratadas, logo buscou um tratado de trégua com os holandeses²⁷. Os flamengos se aproveitaram da fragilidade portuguesa e ocuparam Luanda. Ainda nesse contexto, o rei inglês Carlos I aproveitou a crise de sua aliança com a Espanha e estreitou laços com os portugueses²⁸.

É a partir dessa aproximação entre ingleses e portugueses que se origina uma aliança luso-anglicana que perdurou durante séculos. Por meio do comércio, garantia de pagamento aos serviços navais prestados, Portugal conseguiu montar uma força naval contundente e a altura de sobrepujar os interesses flamengos no Brasil-colônia. Além disso, a efetiva retomada só

²³ VIEIRA, Antônio. Sermão da Visitação de Nossa senhora. Obra completa do Padre Antônio Vieira. Dir. de José Eduardo Franco e Pedro Calafate. Tomo II, Volume VII. São Paulo: Loyola, 2015, p. 85.

²⁴ *Ibidem*, p. 86.

²⁵ NASCIMENTO, *op. cit.*, p. 141.

²⁶ LOUREIRO, Marcello José Gomes. “Como poderemos restaurar depois de perdido, senão fazendo Justiça?” O Conselho Ultramarino e o diálogo com as conquistas em tempos de incerteza (1640-1656). *Locus: Revista de História*, v. 24, n.1, 4 fev. 2019, p. 124-126.

²⁷ *Idem*.

²⁸ *Idem*.

ocorreu depois que a força naval da WIC foi derrotada sucessivamente pelos ingleses, o que somente ocorreu durante das Guerras Anglo-holandesas, em 1653²⁹.

A RESSUREIÇÃO DO BRASIL

Em meados de 1643, na fronteira luso-castelhana, houve significativa movimentação militar, implicando em uma maior dificuldade para enviar apoio humano e material às tropas no Brasil. Concomitantemente, no Conselho Ultramarino, eram discutidos os meios para a reconstrução do Poder Naval português, peça fundamental para a consolidação da soberania portuguesa. Assim, mesmo diante da ameaça da WIC no Brasil, a prioridade era a defesa da monarquia bragantina na Europa³⁰.

Nos anos de 1637 a 1644, Recife foi governada por Maurício de Nassau, num momento de vultuoso incremento econômico e cultural. Porém, mesmo diante desse cenário mais calmo, pôde-se observar a formação de uma revolta pernambucana em 1645 denominada por alguns de Guerra pela Liberdade Divina. Tal acontecimento possui especial destaque em virtude de ter sido originado pelos que residiam em Pernambuco³¹.

Embora oficialmente Portugal e Holanda estivessem cumprindo um período de trégua a partir de 1641, após os embates no Monte das Tabocas e na Baía de Tamandaré, em agosto e setembro de 1645, mostraram que, de fato, o contexto era de guerra.

Em 1644, aprestou-se uma pequena Esquadra, sob o comando de Salvador Correia de Sá e Diogo Martins Madeira. Essa força suspendeu de Belém no dia de Natal, com sete velas e 600 tripulantes e atracou na Bahia em fevereiro do ano seguinte. Mesmo não sendo de grande escala, tal esquadra pôde ainda socorrer os portugueses em Angola.

Em 1647, a iminência de outro ataque da WIC às conquistas portuguesas na Bahia fez o Conselho Ultramarino enviar um socorro emergencial ao Brasil. Entretanto, esse socorro não era nem de longe suficiente frente às necessidades. É nesse contexto que um dos maiores comerciantes de Lisboa, Duarte da Silva, dispendeu uma vultuosa quantidade de recursos para

financiar uma operação militar naval mais consistente. O resultado foi uma esquadra com 20 vasos de guerra bem armados, 2.350 infantes e mil marinheiros. Essa poderosa força foi capaz de intimidar os holandeses e os forçar a abandonar a Bahia, além de que uma parcela dela foi o Rio de Janeiro para somar forças e, finalmente, apoiar a retomada de Angola.

Mesmo com o recebimento de um enorme reforço holandês, não foi possível manter as posições na Bahia e em Angola. Em contrapartida, o mar foi dominado pelos holandeses, o que obrigou a frota portuguesa a se esconder nos rios baianos. Entretanto, tal situação não se estenderia demasiadamente. Devendo-se, principalmente, a anos de despesa e baixo retorno nas operações da WIC, as finanças da companhia chegaram a uma situação bastante complicada logo após o levante pernambucano. Além disso, em agosto de 1648, quando Salvador Correia de Sá conseguiu retomar o porto de Luanda e reestabelecer o fornecimento de escravos ao Brasil, as operações da WIC foram reduzidas a ações de corso. Sem recursos para sustentar a força naval que resistia bravamente em Recife e na Paraíba, em junho de 1649, o Vice-almirante holandês Witte de With voltou para a Europa, descumprindo todas as ordens que tinha, marcando o início do reestabelecimento do domínio português no mar.

É interessante observar a mudança no panorama luso-brasileiro no decorrer do século XVI. Conforme Barros, no decorrer do século XVI, o negócio marítimo de Lisboa se direcionou para o espaço insular, sul-americano e Índias de Castela³⁴. Entenda-se, Ilhas e Índias, mas, acima de tudo, o Brasil recebeu grande parte da movimentação dos navios portugueses.

Em dezembro de 1657, por meio da mediação da Inglaterra e da França, Portugal e Holanda iniciavam seus diálogos para negociar o fim desse conflito global. Logo no início de 1658, Dom Fernando Teles de Faro foi enviado a Haia para ser embaixador português com a missão de forjar um acordo para que Portugal retomasse o controle sobre o Brasil e as Províncias Unidas recebessem algumas compensações financeiras³².

Após anos de intensas e duras negociações, com a Coroa portuguesa sem mais condições de conceder privilégios aos neerlandeses, chegou-se à necessidade

²⁹ LENK, *op. cit.*, p. 95.

³⁰ *Ibidem*, p. 96, 98 e 100.

³¹ *Ibidem*, p. 95.

³² NASCIMENTO, *op. cit.*, p. 128.

de firmar um acordo da maneira que fosse possível. Em virtude da aproximação luso-anglicana, em Londres, os privilégios concedidos à Inglaterra em 1642 e 1654 foram reafirmados. Isso ocorreu para que a *Royal Navy* garantisse a segurança portuguesa; teria ainda mais desdobramentos, como o casamento entre um príncipe inglês e uma princesa portuguesa³³.

Em 6 de agosto de 1661, o tratado de Haia foi firmado entre portugueses e neerlandeses. Portugal pagaria 4 milhões de cruzados em diversos itens como sal, fumo, açúcar e numerário. Outro ponto importante é a devolução dos territórios da Nova Holanda à Portugal e a cessão às Províncias Unidas do Ceilão e Malabar. Além disso, o comércio de todas as mercadorias, menos o pau-brasil, poderia ser realizado com o Brasil e a costa da África. Caso Portugal não cumprisse com o tratado, a Holanda poderia exigir a restituição do Nordeste³⁴.

CONCLUSÃO

A independência da Holanda em 1581, a *limine*, trouxe consequências pesadas aos ibéricos. Impressionante é uma republica tão nova ser tão bem organizada e já confrontar aqueles que dominaram os mares por anos. A criação das Companhias de Comércio, tanto do Oriente quanto do Ocidente, enfatizam o brilhantismo da inovação administrativa, em relação ao que os ibéricos praticavam.

Todo o desenrolar desse conflito global entre a WIC, Portugal, Espanha e Inglaterra tem um ponto em comum de destaque, o emprego efetivo do Poder Naval. Sem adequados meios, os flamengos não poderiam ter invadido conquistas por todo o mundo; na verdade, nem lá chegariam. Sem uma adequada marinha, Portugal foi obrigado a se aliar à Inglaterra para ser protegida pela *Royal Navy*. Muitos bloqueios navais ocorreram a fim de comprometer o inimigo, muitos navios foram tomados e afundados, modificando-se o curso desses embates.

De 1602 a 1661, os homens e mulheres que viviam no Brasil puderam participar diretamente de um con-

flito global. Um conflito que recentrou o Brasil nas dinâmicas da monarquia pluricontinental e pluriocênica de Portugal.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Amândio Jorge Morais. *Porto: a construção de um espaço marítimo nos alvorecer dos tempos*. Academia de Marinha: Lisboa, 2016.
- CESAR, William Carmo. *Velas e canhões no expansionismo holandês do século XVII*. *Navigator*, v. 10, 2009, p. 23-37.
- GODINHO, V. Magalhães. Finanças públicas e estrutura de Estado. In: GODINHO, V. Magalhães. *Ensaio II*. Lisboa: Sá da Costa, 1978, p. 65-72.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.
- LENK, Wolfgang. Problemas do Poder Naval português na guerra contra os holandeses, *Navigator*, v. 11, 2010, p.85-101.
- LOUREIRO, Marcello José Gomes. *Reconnectando o Império*. *Navigator*, v. 7, 2008, p. 35-47.
- LOUREIRO, Marcello José Gomes. “Como poderemos restaurar depois de perdido, senão fazendo Justiça?” O Conselho Ultramarino e o diálogo com as conquistas em tempos de incerteza (1640-1656). *Locus: Revista de História*, v. 24, n.1, 4 fev. 2019, p. 121-146.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil: Portugal, os países baixos e o Nordeste 1641-1669*. Companhia das Letras, 2011.
- NASCIMENTO, Rômulo L. X. Mare clausum e mare liberum: episódios luso-neerlandeses no Atlântico Sul. *Atlântico: a história de um oceano*. Organização de Francisco Eduardo Alves de Almeida [et al.] – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 118-149.
- NIGRO, Antônio Alberto Marinho. Olinda. *Revista do Clube Naval*, Rio de Janeiro, Ano 127, Nº 392, 2019, p.45-47.
- TEENSMA, Benjamin Nicolaas. O bloqueio da Barra de Goa por Jacob Cooper, de 9 de novembro de 1636 até 2 de maio de 1637. *Navigator*, v. 18, 2013, p.67-76.
- VIEIRA, Antônio. Sermão da Visitação de Nossa Senhora. Obra completa do Padre Antônio Vieira. Dir. de José Eduardo Franco e Pedro Calafate. Tomo II, Volume VII. São Paulo: Loyola, 2015, p. 81-100.

³³ BARROS, Amândio Jorge Morais. *Porto: a construção de um espaço marítimo nos alvorecer dos tempos*. Academia de Marinha, Lisboa, 2016, p. 378.

³⁴ MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil: Portugal, os países baixos e o Nordeste (1641-1669)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 169.